

Por que este acordo interessa aos bancos

ESTADO DE SÃO PAULO

* 8 AGO 1989

Os banqueiros credores começaram a inquietar-se, e com bilhões de motivos, diante da demorada negociação do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Não se pode perder mais tempo. Para setembro está marcado o vencimento de US\$ 2,3 bilhões de juros devidos aos bancos privados. Ao longo do semestre, os pagamentos devem chegar — em condições normais — a US\$ 3,7 bilhões. Mas o desembolso de todo esse dinheiro é incerto. Sem acordo com o FMI dificilmente o País receberá novos financiamentos. Sem dinheiro novo, os compromissos com os bancos privados dificilmente ficarão em dia, segundo já advertiu o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega.

O acordo com o FMI na verdade interessa tanto ao governo brasileiro quanto aos credores particulares. O ministro da Fazenda já deixou clara, em junho, a disposição de remeter pagamentos prioritariamente às instituições oficiais. A liquidação dos outros débitos dependerá do nível de reservas. Não se trata de simples ameaça nem de bravata. Os banqueiros conhecem o ministro Mailson da Nóbrega e seu temperamento. Como não é homem de atitudes teatrais, é prudente le-

var a sério suas advertências. A tarefa mais importante do ministro, nestes meses finais de governo, é impedir o descontrole total dos preços. Uma drástica redução das reservas provavelmente precipitaria a explosão hiperinflacionária. O caso argentino é próximo e muito claro.

Infelizmente, o exemplo da Argentina é assustador tanto para os brasileiros quanto para seus credores, e por motivos diferentes. Para o ministro Mailson da Nóbrega, a leitura dos fatos justifica de modo inequívoco a sua posição. A crise cambial abre espaço à dolarização completa da economia (dado curioso: quanto menos as reservas internacionais de um país, mais o público se dispõe a fixar preços e a negociar contratos em moeda estrangeira). Nessa altura, os poucos instrumentos de política ainda disponíveis perdem toda eficácia. O Banco Central pode mandar os juros à lua, mas isso já não dá resultado. Os credores, no entanto, vêem os fatos de outra forma. Os argentinos não pagaram os juros, perderam as reservas assim mesmo e acabaram entrando na hiperinflação. Ficaram em situação tão ruim que já nem adianta pensar em negociação da dívida antes de consegui-

rem — quando? — pôr alguma ordem nos seus negócios internos. Não por acaso o presidente do Citicorp, John Reed, deixou de incluir Buenos Aires em seu atual giro pela América do Sul. Venezuela, Chile e Brasil entraram em seu roteiro. No caso do Brasil, o motivo imediato é evidente. Na posição de principal credor, cabe ao Citicorp, mais que a qualquer outra instituição, esforçar-se para garantir o recebimento dos juros devidos pelo Brasil neste semestre. No caso de o País mergulhar no caos, pelo menos os US\$ 2,3 bilhões de setembro serão salvos. Não é dinheiro para se jogar fora: só esses juros equivalem a quase um terço da atual dívida externa bruta do Chile.

Um acordo entre o governo brasileiro e o FMI facilitará o recebimento, pelo Brasil, de recursos de instituições internacionais, do governo japonês e dos próprios bancos privados (menos do que estes receberão em setembro e ao longo do semestre. A troca será, portanto, bastante vantajosa). Além disso, o aval do FMI sempre interessa aos administradores dos grandes bancos por um segundo motivo: torna mais fácil qualquer explicação aos acionistas.

Antes de John Reed iniciar sua viagem pela América do Sul, a direção do Citicorp, segundo se informou à embaixada brasileira em Washington, pediu a intervenção do secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas Brady, para facilitar os entendimentos entre o governo brasileiro e o FMI. Se o acordo for assinado, melhor para todos. Queira ou não, o governo brasileiro tem de tentar uma política de ajuste certamente desconfortável. Se não for implantada agora, terá de ser no início da próxima presidência — em circunstâncias provavelmente mais difíceis do ponto de vista econômico. Não havendo uma escolha real, é melhor partir para o sacrifício com apoio financeiro das instituições internacionais, dos principais governos estrangeiros e dos bancos privados. Por isso a intervenção em favor do acordo é bem-vinda. Mas o governo brasileiro não deve esquecer um pormenor. Na última negociação, pagamentos foram realizados antes de estar assegurado o ingresso de recursos novos. As dores de cabeça resultantes desse descompasso foram consideráveis. A lição é preciosa e o ministro da Fazenda não pode desprezá-la.